

SUSTENTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO: VELHOS DILEMAS E NOVOS DESAFIOS

José Luiz Fernandes Cerveira Filho

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Professor de Sociologia Ambiental, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Resumo

O objetivo principal desse artigo é o de analisar como estão sendo construídas as experiências de participação social na constituição de projetos de desenvolvimento rural que preconizam a sustentabilidade agrícola. Em um primeiro momento ressaltamos as motivações que tem levado os projetos calcados no desenvolvimento rural a incorporar cada vez mais as percepções dos riscos socioambientais, pontuando como tem sido interpretada a sustentabilidade na relação entre homem e ambiente. Posteriormente, em um segundo momento, observamos as dificuldades e os limites das instituições que promovem os projetos de desenvolvimento rural sustentável, analisando as suas possíveis transformações. Na última parte, apresentamos a teoria da estruturação e a análise centrada nos atores sociais, onde destacamos os conceitos de sustentabilidade avaliando a importância e o papel da extensão rural na legitimação dessa questão, apontando os conflitos existentes na constituição dos modelos de desenvolvimento rural. Com estes instrumentos teóricos e metodológicos, pretendeu-se traçar um perfil das abordagens que se propõem participativas, ressaltando os seus métodos de construção da realidade social.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Sustentabilidade; Participação

Abstract

The main objective of this paper is to analyze how they are being constructed the experiences of participation in the establishment of rural development projects that advocate sustainable agriculture. At first we point out the motivations that have led rural development projects in the footwear to incorporate more and more perceptions of social and environmental risks, scoring has been interpreted as the sustainability of the relationship between man and environment. Later, in a second moment, we see the difficulties and limitations of the institutions that promote sustainable rural development projects, analyzing the possible changes. In the last section, we highlight the concepts of sustainability to evaluate the importance and role of extension in the legitimation of the issue, pointing out the conflicts in the constitution of rural development models. With these theoretical and methodological tools, we sought to draw a profile of participatory approaches that are proposed, high lighting their methods of construction of social reality.

Keywords: Development; Sustainability; Participation

Introdução

Nas últimas décadas, tem proliferado dentro da comunidade científica certo consenso sobre a degradação ambiental ocasionada pelas formas de ocupação do solo. Desde a extração de madeira até as mais refinadas técnicas que visam aumento da produtividade agrícola, a equação meio ambiente e agricultura tem sido objeto de inquietações metodológicas, orientando um grande número de pesquisadores a analisar os projetos de desenvolvimento rural focados na sustentabilidade agrícola.

Sob esta ótica, analisaremos nesse artigo o debate acerca de como o desenvolvimento rural passou a incorporar cada vez mais as percepções dos riscos socioambientais. Também verificaremos como, atualmente, a palavra “sustentável” tem sido utilizada quase que de maneira totalitária, impositiva, para apontar aquilo que se considera como um novo modelo de desenvolvimento, pautado pela racionalidade e pela ética na relação entre homem e ambiente.

Observaremos, contudo, que uma das maiores dificuldades das instituições que buscam promover o desenvolvimento rural sustentável situa-se na aceitação do agricultor como um ator social competente e capaz de promover mudanças. Através dessa análise, procuraremos pontuar as transformações a que estão sujeitos os processos de conhecimento e saber. Por último, a partir dos embasamentos teórico-metodológicos propostos pela teoria da estruturação em associação com a análise centrada nos atores sociais, pontuaremos os emergentes conceitos de sustentabilidade avaliando a importância e o papel da extensão rural, bem como o das relações sociais deflagradas na constituição dos modelos de desenvolvimento rural. Com estes instrumentos teóricos pretendemos traçar um perfil das abordagens que se propõem participativas, sempre observando os seus métodos de construção da realidade social.

O difícil caminho da conceituação

Nos últimos 50 anos, em pelo menos dois momentos, a noção de desenvolvimento introduziu-se como uma idéia de grande interesse, orientando programas governamentais e instigando calorosos debates acadêmicos. Em ambos os momentos o tema do desenvolvimento adentrou o campo da política, passando a permear e a determinar as expectativas e as disputas sociais.

O primeiro momento pode ser identificado com o fim da Segunda Guerra, notadamente a partir da década de 1950, que se estendeu até o final dos anos 1970. Nesse período, a idéia de desenvolvimento alimentou esperanças e estimulou iniciativas em diversos setores sociais. Desta forma, o que conhecemos por desenvolvimento rural, como uma sub-área do desenvolvimento, foi um dos grandes motores de políticas governamentais.

O segundo momento identifica-se com os questionamentos a este modelo, fundamentalmente a partir da percepção de diversos impactos ambientais associados às transformações estruturais no campo. O histórico poderia ser remontado à Conferência de Estocolmo (1972), quando o debate sobre outro modelo de desenvolvimento ganhou força internacional. Nesse período os debates sobre desenvolvimento rural modificaram-se significativamente, caracterizando-se mais por uma percepção acerca da aparente impossibilidade do desenvolvimento exclusivamente focalizado no crescimento econômico. Os lastros das promessas do combate à fome mundial através do incremento tecnológico revelaram indicadores nem sempre condizem-

tes com as suas propostas iniciais e passaram a ser usados como contraponto às idéias desenvolvimentistas.

No Brasil não há uma tradição de análise das políticas públicas que investigue as iniciativas dedicadas ao desenvolvimento rural, não apenas em relação aos seus impactos, mas igualmente quanto às suas racionalidades e estratégias operacionais. O resultado, entre outros, é que existe uma série de expressões sendo atualmente utilizadas de forma intercambiável, mesmo com seus distintos significados.

Alguns autores concluem que expressões semelhantes à *desenvolvimento agrícola* estariam se referindo apenas às condições da produção, como, por exemplo, o tamanho da área cultivada, a produtividade, a tecnologia disponível e o mercado, entre outros fatores ligados à base material (GUANZIROLI, 2001; NAVARRO, 2001). Outra expressão semelhante, contudo mais ambiciosa conceitualmente, é *desenvolvimento agrário*, que, basicamente, refere-se a interpretações do mundo rural em suas relações com a sociedade, apreendendo as mudanças sociais e econômicas no longo prazo. Sua análise centra-se nas instituições, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e nos conflitos sociais.

Uma terceira expressão é *desenvolvimento rural*, que se diferencia das demais por intuir uma ação previamente articulada, indutora de mudanças em um determinado ambiente rural. Nesse sentido, a ação funda-se em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implantação e lógica operacional, entre outras características específicas desses projetos governamentais (BROSE, 2001; NAVARRO, 2001).

É relevante salientar, contudo, que o conceito de desenvolvimento rural tem alternado ao longo do tempo. Embora a maioria das ações busque a promoção do bem-estar das populações rurais, as diferenças surgem nas estratégias e nas metodologias escolhidas. O significado desta expressão, na década de 1970, certamente incluiu a intensificação tecnológica e a absorção de insumos químicos por parte dos agricultores, visando, sobretudo, o aumento da produtividade e a elevação da renda. Atualmente, o debate aparece influenciado por outras conjunturas, principalmente dado os novos condicionantes que o desenvolvimento socioeconômico impõe aos agricultores. Portanto, o desenvolvimento rural pode ser entendido como a análise dos programas já realizados, bem como pode referir-se, também, à elaboração de estratégias desenvolvimentistas para o futuro.

A sustentabilidade agrícola

Outra expressão a ser destacada é *desenvolvimento rural sustentável*. Este termo, muitas vezes confundido com os demais, passou a ser difundido em meados dos anos 1980 a partir da crescente referência à expressão mais geral *desenvolvimento sustentável*. Nesse aspecto, muitos autores procuraram agregar um sentido politicamente mais conseqüente ao termo, incorporando à sua agenda, entre outros pontos, as noções de equidade social e sustentabilidade agrícola. Por equidade social compreende-se o esforço em trazer para o debate uma suposta relação entre o arranjo social das famílias rurais mais pobres com o desenvolvimento rural sustentável. Já a noção de sustentabilidade agrícola nasceu da crescente percepção acerca dos impactos ambientais da agricultura convencional, cujas evidências empíricas multiplicaram-se recentemente.

Nesse debate, o modelo agrícola de grande produção, usualmente de monocultivo, apa-

rece como responsável pela maior parte dos desarranjos ambientais encontrados no meio rural brasileiro. Para Almeida (1990, p.14), (...) *a agricultura de larga produção não possui tradição conservacionista e confunde-se com a própria história da destruição ambiental no país*. No que se refere ao modelo de agricultura de pequena produção, em grande parte familiar, é conferido um *status* de melhor conservação do meio ambiente, com ênfase no manejo e na gestão sustentável do uso dos recursos naturais, através de um repertório de práticas culturais próprias do campesinato em sua relação com o meio ambiente (MARTINS, 1981).

Por sustentabilidade agrícola podemos compreender um conjunto de medidas destinadas a promover um desenvolvimento rural socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente equilibrado. Para efeito de uma possível conceituação, destacam-se alguns argumentos, como, por exemplo, o do Comitê de Aconselhamento Técnico do Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (TAC/CGIAR), apresentado por Reijntes *et al.* (2002, p.132), onde a sustentabilidade agrícola aparece como *o manejo bem sucedido de recursos para a agricultura, de modo a satisfazer as necessidades humanas em transformação, mantendo ou melhorando, ao mesmo tempo, a qualidade do ambiente e conservando os recursos naturais*.

Guivant (1994a) acrescenta outro ponto importante que deve ser observado: a dimensão social da questão. Sua análise aponta que a sustentabilidade não só diz respeito às conexões entre sociedade e agricultura, como também remete a problemas e contradições sociais mais gerais que igualmente devem ser pensados a partir de um programa mais global de desenvolvimento sustentável. Para a referida autora, uma das causas que influenciam diretamente na degradação dos recursos naturais é a pobreza rural, que por sua vez é provocada por políticas econômicas que estimulam a concentração de terras, eliminam os sistemas de manejo tradicional dos recursos naturais e subsidiam tecnologias não-sustentáveis.

Nesse sentido, o componente *sustentável* da expressão estaria se referindo ao plano ambiental, indicando a necessidade que as estratégias de desenvolvimento rural incorporem uma apropriada compreensão da dimensão ambiental. A tendência, desta forma, é que a expressão desenvolvimento rural sustentável esteja acrescida, cada vez mais, do componente ambiental derivado da noção de sustentabilidade agrícola. Ou seja, existem várias combinações possíveis do que se compreende por sustentabilidade agrícola, numa escala que vai de arranjos mais próximos a uma agricultura convencional e os que mais longe se situam desta. Neste quadro, é possível destacar dois tipos de práticas agrícolas mais importantes, identificadas com o ideário da sustentabilidade: a agricultura orgânica e a agricultura de baixo uso de insumos.

A partir deste ponto começamos a nos indagar sobre os tipos de orientações e estratégias que levam os agricultores a optarem por um determinado tipo de prática agrícola num amplo repertório de escolha entre diversos modelos de desenvolvimento. Reintjes *et al* (2000), por exemplo, apontam que entre 60 e 70 % dos agricultores do mundo praticam a agricultura com baixo uso de insumos principalmente pela ocorrência de um gradual desequilíbrio cambial ocorrido nos últimos anos, o que fez com que o preço dos insumos disparasse em relação à produção. Além dessas observações, os autores assinalam que para uma possível adesão consciente do agricultor a uma agricultura de menor impacto ambiental existiria a necessidade do mesmo possuir certa capacitação técnica (como acesso a pesquisas e publicações científicas), bem como dispor de capital financeiro (mais linhas de crédito).

Entretanto, Lockeretz, (1989, *apud* GUIVANT, 1994b) refuta a tese da capacitação técnica

como um empecilho à implantação deste tipo de agricultura, argumentando que as dificuldades requeridas por ambos os modelos agrícolas são equivalentes se considerarmos os agricultores como capazes de adaptar seu conhecimento a diferentes condições. Para Guivant (1994b, p.88), (...) *pequenos agricultores tomam suas decisões dentro de múltiplos objetivos, expectativas, pressões e outros fatores que podem ser agrupados em três grandes categorias, segundo o meio no qual os agricultores conduzem a produção: 1) os recursos físicos; 2) os fenômenos micro sociais (família, comunidade); e 3) os fenômenos macrosociais (instituições nacionais, mercado, regulações governamentais).*

Visto desta forma, o agricultor deve criar arranjos adaptativos a estes três planos como meio efetivo para orientar as suas atividades produtivas. Assim, por exemplo, a decisão de participar ou não de um programa de desenvolvimento rural sustentável, ou mesmo aderir a uma nova tecnologia, não pode ser entendida como se fosse orientada por critérios unicamente de racionalidade econômica. *“A racionalidade aparece limitada pelas tensões diárias do mundo social e pelas diversos objetivos humanos”* (GUIVANT, 1994b, p.89). É a racionalidade cultural que orienta os atores sociais através dos complexos processos de escolha.

A Racionalidade Cultural e a Teoria da Estruturação: a análise centrada nos atores

Em tais processos estão envolvidas cognições construídas e compartilhadas socialmente, que dão sentido aos atores sociais no entendimento sobre a eficiência de uma nova tecnologia, um novo insumo ou um novo programa governamental que vise à melhoria da renda do agricultor ou a recuperação ambiental de uma região. Nem sempre os critérios de sua implementação por parte dos agricultores corresponderão às recomendações dos técnicos extensionistas. As relações entre o que é difundido e as razões pelas quais os agricultores adotam os critérios que orientam sua implementação não são necessariamente lineares. As vantagens ou desvantagens de se participar de um determinado projeto governamental, segundo critérios técnicos e científicos, não são necessariamente óbvias para a racionalidade cultural dos agricultores.

Para uma melhor compreensão das possibilidades de tal processo é importante ampliar a análise das bases sociais da produção, incluindo as formas em que os agricultores estruturam cognitivamente suas práticas. Desta forma pode ser analisado o significado que eles atribuem a fazer o que fazem. Temos que considerar os agricultores a partir de um referencial teórico que enfatiza o pluralismo causal que influencia o processo decisório. A racionalidade cultural, que complementa os fatores estruturais, é possível de fundamentar-se teoricamente a partir de uma concepção que considera que o ator social não é plenamente ativo nem plenamente passivo frente às regulamentações normativas ou diretrizes e estratégias de um determinado projeto.

Tal racionalidade parte de um entendimento diferente do que é o ator social, que possibilita compreender como, por exemplo, a implantação de um projeto se realiza dentro de critérios de legitimação construídos socialmente pelos atores sociais envolvidos no processo de adoção, sem que correspondam estritamente com as recomendações sugeridas tecnicamente. Existe um espaço, embora limitado, de produção de conhecimentos, dentro da reprodução de um padrão de conhecimentos dominante.

Esta abordagem teórica oferece ferramentas conceituais para captar a complexidade dos processos de participação de produtores rurais em programas governamentais ou tam-

bém orientados por organizações não governamentais, destinados à melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores, pois ela parte da idéia de que toda produção social pode ser também pensada como reprodução das estruturas sociais existentes. A sociedade não pode ser considerada como um poder de coação completo sobre os atores sociais e nem estes podem ser vistos como plenamente livres frente aos determinantes sociais.

Para a teoria da estruturação, todos os seres humanos são agentes cognoscitivos e isto significa que os atores possuem diversos tipos de conhecimentos sobre as condições e as conseqüências de suas ações cotidianas. Este conhecimento pode tanto ser prático como discursivamente disponível. Grande parte do conhecimento prático pode passar a ser discursivo se os atores sociais são interrogados sobre a racionalidade de suas ações. A cognoscitividade dos atores sociais vincula-se a um plano inconsciente assim como às condições não reconhecidas ou às conseqüências impremeditadas das ações sociais.

A cognoscitividade no nível da consciência discursiva se expressa como *critérios de credibilidade ou de legitimação* (grifo nosso) usados pelos agentes para justificar o que fazem; isto é, sua prática e o conhecimento prático que a possibilita. Estes critérios representam certo consenso sobre significados dados à realidade social e natural pelos membros de uma comunidade. As análises sobre os valores implícitos nas ações sociais devem caminhar entre as possíveis derivações da racionalidade que os atores dão ou imaginam dar as suas opções, já que os valores não são sempre conscientes e as decisões não são sempre deliberadas (GUIVANT, 1992).

Os critérios de legitimação são algo mais que meros legitimadores de estruturas sociais. Eles podem ser considerados como variantes predominantes e guias em todo o sistema econômico, estando presentes, uma vez codificados pelas culturas, como parâmetros efetivos de opiniões, opções, decisões, percepções e até possibilidades de mudança e transformação social, cultural, política, econômica e, como aqui nos interessa, ambiental.

No nível da cultura dá-se a integração de tais critérios de legitimação, sendo parte do mapa cognitivo mais amplo a partir do qual os agentes sociais interpretam a realidade social e natural, mantendo comunicabilidade entre os membros do mesmo grupo social. Este mapa cognitivo refere-se tanto à realidade como é (declarações descritivas sobre o que existe) quanto a modelos de como a realidade deve ser (GEERTZ, 1984 *apud* GUIVANT, 1994a), orientando os indivíduos no que podem esperar da realidade social e natural, mas sem dizer necessariamente como atuar. Tal mapa cognitivo está configurado a partir de determinadas crenças, atitudes, normas, valores, percepções, motivações, significados e um corpo de conhecimentos práticos.

Entre as cognições sociais também pode ser incluído o *conhecimento prático* (grifo nosso). Toda percepção e análise da realidade, seja social ou natural, estão impregnadas de teoria. Entretanto, aqui se destaca a racionalidade cultural como parte de experiências pessoais e cotidianas e, dentro daquela, particularmente ao conhecimento prático. Por exemplo, as pessoas comuns vinculam um evento de risco a eventos e fatores diferentes daqueles dos especialistas, através do código cultural que compartilham e que possibilita descobrir onde estão e onde não estão os perigos relevantes. Por outro lado, a racionalidade tecnológica se apóia em conjuntos de princípios científicos, sendo que a ênfase tende a ser colocada em informações objetivas e não em experiências pessoais.

É segundo o conhecimento prático, construído através de uma lógica prática, que os

agricultores orientam-se para implementar a tecnologia adotada. Bourdieu (1980, *apud* GUIVANT, 1992, p.138) analisa a *lógica prática* em oposição à *lógica lógica*, podendo ambas serem colocadas como correspondentes à racionalidade cultural e à racionalidade técnica respectivamente. Através desta lógica prática se formulam conhecimentos práticos assumidos e colocados em ação pelos atores sociais e compartilhados pelo seu grupo social, tendo assim um caráter objetivo e não pessoal. Esta lógica prática guia grande parte de nossas condutas cotidianas, através de princípios de classificação, de hierarquização, de divisão, que são princípios de julgamento, de análise, de percepção, não explicitados nas práticas.

Long & Villareal (1994) e Guivant (1997) já observaram a importância de se considerar os agricultores orientados por um amplo universo cultural, repleto de conhecimentos práticos, estratégias e interesses que mostram diferentes arranjos agrícolas por trás das aparências de uniformização. Programas de desenvolvimento rural sustentável, por exemplo, quando aceitos pelos agricultores, são transformados para atender às suas prioridades e necessidades, alinhando-se com as suas estratégias produtivas e às características dos recursos naturais disponíveis. Em lugar da dicotomia entre o conhecimento tradicional dos agricultores e o conhecimento científico dos extensionistas, a pluralidade de conhecimentos envolvidos converge na construção de um quadro de conhecimentos híbridos, indicando a natureza heterogênea dos conhecimentos como resultados diretos dos processos de modificação, invenção e reapropriação de outros conhecimentos (GUIVANT, 1997).

Recentemente, pesquisas nos campos das sociologias do desenvolvimento, da ciência e ambiental, promoveram significativas contribuições no sentido da compreensão dos processos de conhecimento. Algumas propõem uma análise centrada nos atores, enfatizando que o conhecimento é interpretado como constituído pelas formas em que as pessoas codificam e imputam significados a suas experiências (LONG & VILLAREAL, 1994).

Atualmente há uma corrente acadêmica que procura a integração dessas análises. Por um lado, desmistificando os conhecimentos dentro da sociologia do rural e, por outro, caracterizando os conhecimentos envolvidos nestes processos como híbridos, buscando combinar elementos naturais, sociais e técnicos. Na análise de Guivant (1997, p.41), (...) *o conhecimento local, enquanto híbrido, envolve uma heterogeneidade de manifestações que não o reduzem exclusivamente ao conhecimento tradicional. Por sua vez o conhecimento sustentável, também enquanto híbrido, envolve diferentes possíveis combinações entre o conhecimento local e o científico.*

Dentro desta perspectiva, a dinâmica social envolvida nos processos de desenvolvimento rural é entendida como um processo de conflitos e negociações onde os agricultores, junto a empresários, políticos e educadores, entre outros atores, são, ou tornam-se, partes ativas no desenvolvimento dos programas sociais. Esse enfoque, centrado nos indivíduos, sensibiliza-se na maneira como esses atores sociais implementam, à luz de suas respectivas referências culturais, as suas próprias estratégias, e como estas articulam-se com os processos sociais de maior escala, alterando sensivelmente as metas de determinadas políticas formuladas para o setor, como alguns programas de desenvolvimento rural sustentável.

Sem desconsiderar as pressões macroestruturais, torna-se imperativo integrar mais os agricultores nas análises, não como obviedade, mas como produto de uma construção teórica. É necessário, e possível, compreender o agricultor enquanto um ator social não exclusivamente

determinado pelas relações sociais dominantes, no que se refere à adoção de uma estratégia, e que, ao mesmo tempo, não é livre plenamente para agir e decidir (GIDDENS, 1991).

Através desta abordagem tentaremos compreender as hibridizações e as heterogeneidades que compõem os complexos processos de tomada de decisão aquisição de conhecimentos. Procuramos evitar as armadilhas das idealizações e dos reducionismos ao desvendar as relações entre agricultores e extensionistas, e, com isso, também ampliar as bases científicas para uma adequada compreensão das facilidades e obstáculos na implementação de programas inseridos no moderno *guarda-chuva* conceitual do desenvolvimento rural sustentável.

A extensão rural e as abordagens participativas

À luz dos complexos processos que envolvem as tomadas de decisões e as aquisições e transmissões de conhecimentos, a extensão rural assumiu um papel fundamental no que diz respeito às mudanças no comportamento dos agricultores. Os extensionistas rurais foram os articuladores diretos das recentes transformações ocorridas na agricultura mundial, contribuindo sensivelmente para a transformação das práticas agrícolas tradicionais. Segundo Gomes *et al.* (2001), grande parte dos esforços iniciais dos extensionistas no sentido da participação dos agricultores foi concentrado em experimentos que lograram, por vezes, bons resultados econômicos, porém poucos resultados sociais. A estratégia dos extensionistas baseou-se, na maioria das vezes, em pesquisas pré-determinadas e controladas em laboratórios, independentes do contexto em que se desenvolviam.

A rigor, as primeiras experiências de participação de agricultores em projetos governamentais embasavam-se na relação causa e efeito. Porém, a realidade mostrou outras consequências e não foi o problema necessariamente os cálculos técnicos, mas a visão simplista das relações sociais, políticas e culturais, sobre as quais as experiências eram realizadas. De um lado a ciência se eximiu prioritariamente da autocrítica e incorporou uma explicação insatisfatória para os resultados negativos obtidos: a de que os agricultores não eram aptos. Do outro lado, os agricultores destinatários destas políticas desenvolveram também uma dissimulação irônica: *a do mundo dos doutores* (BROSE, 2001).

Observamos ainda que nessas experiências propostas pela extensão rural a interdisciplinaridade era pouco praticada, o processo decisório era centralizado e o planejamento apresentava-se como verdadeiro receituário técnico, sendo até denominado por alguns autores como *turismo do desenvolvimento rural* numa alusão à rapidez com que os planejadores procuravam conhecer a realidade dos agricultores antes de envolvê-los em programas e projetos que visavam o desenvolvimento rural. Posteriormente, outros métodos passaram a pressupor *surveys* e questionários melhor elaborados, sendo, a partir daí, acusados de longos, tediosos e repletos de erros metodológicos. (PRETTY, 1995)

As pesquisas passaram a ser conduzidas, principalmente, por economistas e agrônomos, entretanto sem apresentar grandes alterações metodológicas em relação ao modelo anterior, continuando o controle e a centralização dos experimentos com os profissionais que encontravam-se distantes do campo. Contudo, destaca-se que, neste período, os agricultores passaram a ser considerados como fontes primárias de informações para os extensionistas, e estes passaram a ser os coletores destas informações.

Um terceiro momento, que não implica a exclusão dos anteriores, é o da simultaneidade, quando a antropologia, a agroecologia e a geografia tornaram-se as disciplinas pioneiras nas pesquisas e os agricultores passaram a ser vistos em certos programas de desenvolvimento rural como contribuindo com o seu conhecimento para a implantação de projetos ligados ao desenvolvimento rural. Podemos afirmar que nesta fase contam-se pesquisas que passam a defender a necessidade da geração de um novo paradigma científico, diferente do da denominada Revolução Verde, que vise resgatar e incorporar os conhecimentos dos agricultores no planejamento e na implementação de políticas agrícolas.

Nesta fase, destacam-se três correntes metodológicas. A primeira, denominada de *populismo agrário* (CHAMBERS, 1983 *apud* GUIVANT, 1997), propõe conferir todo poder ao agricultor, identificando como negativa qualquer intervenção científica. Nela, o conhecimento técnico é considerado pernicioso, em detrimento ao conhecimento tradicional, mais identificado com o ideário sustentável. Com isso conclui-se que, para esta abordagem, o conhecimento dos agricultores não é o produto de uma série de conhecimentos sobrepostos, mas sim uma totalidade homogênea.

O segundo modelo de abordagem, o *terceiro-mundismo sustentável* (REDCLIFT, 1993, *apud* GUIVANT, 1997), é fortemente influenciado pelo materialismo histórico. Sua retórica, relativamente semelhante à anterior, era a de que todo conhecimento agrícola sustentável encontrava-se no hemisfério sul, como um reservatório do saber tradicional, ao passo que o conhecimento técnico, dito insustentável, situava-se no hemisfério norte.

Observamos neste ponto que as críticas feitas ao modelo convencional da extensão rural passam a servir-lhes de referência. Em nossa análise seria impensável compreendermos o processo de aquisição de conhecimento como contínuo. Ao contrário, diversos autores argumentam que o processo de construção do conhecimento é permeado por inúmeras descontinuidades e diferentes arranjos. Também, como argumenta Guivant (1997), não podemos isolar o conhecimento dos agricultores residentes nos países do sul como se se apresentassem como homogêneo e mais próximo do desenvolvimento sustentável, em oposição ao conhecimento dos agricultores do norte, distante da sustentabilidade agrícola.

A terceira via de análise é a da *abordagem agroecológica*, que caracteriza-se pelo uso de métodos participativos como recurso para recuperar e utilizar os conhecimentos tradicionais dos agricultores. Esta abordagem tem conquistado um grande número de praticantes entre pesquisadores e extensionistas de diversos setores sociais e agências públicas. Seu método busca aproximar a perspectiva antropológica da pesquisa agrícola, visando a formulação de um novo paradigma científico que focalize a agricultura de maneira total, realçando as interações entre o biológico, o técnico, o cultural e o socioeconômico, sendo particularmente sensível às complexidades das agriculturas locais (ALTIERI, 1989), realçando o conhecimento tradicional como possuidor de uma estrutura complexa e sofisticada nas formas em que lida com problemas ambientais. Assim a recuperação ambiental de sistemas agrícolas de subsistência passa a ser peça-chave para o que esta corrente entende por sustentabilidade agrícola.

A agenda agroecológica é pautada pelos seguintes itens: uso racional dos recursos naturais, proteção dos solos, minimização dos riscos (ao contrário da maximização dos lucros) e desenvolvimento de técnicas adequadas a condições locais específicas. Dentro desta perspectiva

tem-se caracterizado a riqueza e a complexidade dos conhecimentos tradicionais dos agricultores, especialmente na sua capacidade de lidar com problemas ambientais. Mas, tal como as correntes anteriores, os conhecimentos científico e prático são considerados como totalidades homogêneas, sem significativas diferenças internas.

A perspectiva holística proposta pela agroecologia coloca-se como contrária a uma perspectiva associada ao conhecimento científico. Essa polarização reduz significativamente as possibilidades de uma abordagem eficiente, conduzindo seus pesquisadores a alguns impasses, dicotomias e contradições. Por exemplo, a queima do pasto para a rebrota é uma prática agrícola tradicional que não possui o endosso da agroecologia, que, ao negar esta dinâmica social, pressupõe uma interpretação estática da história, desconsiderando que os atores sociais e seus conhecimentos estão geralmente envolvidos em complexos processos de mudanças, irrelevando as teorias sobre as dinâmicas culturais e as tecnológicas que propõem as múltiplas transformações em resposta a novas necessidades e pressões sócio-econômicas.

Por último, outro ponto que reduz sobremaneira a eficácia dessa abordagem é aquele que considera que o agricultor está orientado exclusivamente por critérios racionais e objetivos, sempre a espera de novas informações e treinamentos para por em prática programas, projetos ou planos que pretendam a sustentabilidade agrícola. Este ator, assim caracterizado, parece não ter outras perspectivas se não as que vão ao encontro dessa corrente.

A procura por formas de diálogo para minimizar a distância entre o planejamento técnico e a execução social, política, cultural e econômica acaba colocando em evidência a problemática das abordagens participativas. Este conceito invoca relação entre as partes envolvidas e se contrapõe à concepção dos agricultores como “receptáculos passivos” de intervenções bem-intencionadas e tecnicamente perfeitas.

A literatura já apresenta experiências bem-sucedidas de intervenção social para a promoção da sustentabilidade agrícola, realizadas mediante a integração entre cientistas de diferentes áreas, técnicos voltados para a difusão e agricultores, em uma proposta que tem sido denominada de Desenvolvimento Participativo de Tecnologia (DPT) (REIJNTES *et al.*, 2000). A sua principal proposta é a de estimular um desenvolvimento sustentável no onde os próprios agricultores definam suas prioridades e necessidades, possibilitando uma ligação complementar entre as potencialidades das ciências da agricultura e as expectativas e conhecimentos dos agricultores participantes.

Considerações finais

Concluimos que a opção metodológica pelas abordagens participativas exige também uma lógica diferenciada no envolvimento dos atores sociais em um novo mundo de conflitos e negociações, tendo que se confrontar com rejeições e modificações significativas da idéia original. Contudo, sem a predisposição para negociar, a participação torna-se uma fachada retórica, encobrendo interesses para legitimação de ações pré-definidas. Para Gomes *et al.* (2001, p.77), *a responsabilidade e o compromisso com a participação garantem a efetividade dos métodos, uma vez que o caminho da intervenção participativa é trabalhoso e exige seu tempo de percurso social e não técnico, quando se almeja causar impactos positivos sólidos.*

Por fim ressalta-se que o desejado desenvolvimento rural sustentável é também campo de produção de conhecimentos e sujeito a arquiteturas analíticas inspiradas por tradições teóricas diversas e, muitas vezes, divergentes entre si. Dos anos 1990 em diante, a própria significação do que é o *rural* tem sido objeto de aceso debate entre os estudiosos do tema, e seus significados vêm sendo redimensionados, deixando para trás sua identificação com o meramente agrícola. Atualmente, as questões socioambientais integradas às análises da nova *sociologia do rural* podem encaminhar-se para a construção de uma *sociologia do meio ambiente rural*, como uma forma de revitalizar-se, indo ao encontro de uma nova agenda de pesquisas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. J. C. P. "O Desenvolvimento da Atividade Agrícola e o Meio Ambiente no Brasil". *Revista Reforma Agrária*, v.3, n.6, p.13-22, 1990.
- ALTIERI, M. "Agricultura tradicional" in: ALTIERI, M. (Org.) *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.
- BROSE, M. "O método *zoo* para planejamento e gestão de projetos" in: BROSE, M. *Metodologias Participativas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- LONG, N. & VILLAREAL, M. Exploring Development Interfaces: from the transfer of knowledge to the transformation of meaning. In: BOOTH, D. *Rethinking social development: theory, research and practice*. London: Longman, 1994.
- GUANZIROLI, C. (Org.) *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOMES, M. A. O. *et al.* "Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários" in: BROSE, M. *Metodologias Participativas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- GUIVANT, J. S. "Heterogeneidade de Conhecimentos no Desenvolvimento Rural Sustentável" in: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.14, nº3, p.411-447, 1997.
- _____. "Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola" in: *Boletim Informativo Bibliográfico*, nº38, p. 51-78, 1994a.
- _____. "A agricultura sustentável na perspectiva das Ciências Sociais" in: SCHERER-WARREN, I. *et al.* *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo-Florianópolis: Cortez / UFSC, 1994b.
- _____. "Uso de Agrotóxicos e os Problemas de sua Legitimação: um estudo de Sociologia Ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz". Campinas, Tese (Doutorado em Sociologia) - UNICAMP, 1992.
- MARTINS, J. S. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- NAVARRO, Z. "Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro" in: *Revista de Estudos Avançados*. vol.15, nº43, p.83-101, 2001.

PRETTY, J. N. *Regeneration Agriculture*. London: Earthscan, 1995.

REIJNTIES, C. *et al.* *Agricultura para o futuro. Uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos*. Rio de Janeiro: AS-PTA/ILEIA, 2000.

